

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO  
CATEDRÁTICO DA FDL

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ,  
ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO  
E *CULPA IN AGENDO*

Estudo de Direito civil e de Direito processual civil,  
com exemplo no requerimento infundado da insolvência

1.ª REIMPRESSÃO DA 3.ª EDIÇÃO AUMENTADA E ATUALIZADA,  
à luz do Código de Processo Civil de 2013

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ,  
ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO  
E *CULPA IN AGENDO*

AUTOR  
ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO  
EDITOR  
EDIÇÕES ALMEDINA, SA  
Rua Fernandes Tomás n.ºs 76-80  
3000-167 Coimbra  
Tel.: 239 851 904  
Fax: 239 851 901  
www.almedina.net  
editora@almedina.net  
PRÉ-IMPRESSÃO  
EDIÇÕES ALMEDINA, SA  
IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
NORPRINT  
Março, 2016  
DEPÓSITO LEGAL  
369422/14

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO  
E *CULPA IN AGENDO*  
3.ª ed., aum. e atual.  
ISBN 978-972-40-5437-7  
CORDEIRO, António Menezes, 1953-  
CDU 347

## ÍNDICE GERAL

Dedicatória .....	5
Índice geral.....	7
Advertências .....	13
Abreviaturas.....	15

### CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

#### § 1.º A impunidade processual: uma realidade insustentável

1. A crise da Justiça .....	17
2. Três casos reais .....	18
3. Complexidade e inadequação legislativas.....	21
4. O garantismo, a astúcia das partes e a timidez do Tribunal .....	23
5. A impunidade dos desvios e o desprestígio da Justiça .....	26

#### § 2.º O Código de Processo Civil de 2013

6. O “Memorando da Troika” .....	29
7. A sua execução; a justificação de motivos do novo Código de Processo Civil ...	32
8. O Código de 2013 .....	34

#### § 3.º O direito de ação e os seus limites

9. Direito de ação e sujeição à ação .....	37
10. Os limites intrínsecos e extrínsecos ao direito de ação .....	38
11. Dificuldades; a insuficiência da litigância de má-fé .....	39
12. A relevância substantiva das situações processuais .....	40
13. Teses defendidas e <i>iter</i> .....	43

**CAPÍTULO II – A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ****§ 4.º Origem e evolução**

14. Origem. . . . .	45
15. O surgimento de uma responsabilidade independente na jurisprudência do século XVII . . . . .	47
16. Sanções e responsabilidade de advogados e procuradores . . . . .	49
17. Conclusões . . . . .	50

**§ 5.º O liberalismo e as codificações**

18. Até ao Código de 1876 . . . . .	51
19. O Código Alberto dos Reis (1939) . . . . .	55
20. O Código de 1961 . . . . .	57
21. A reforma de 1995 . . . . .	59
22. O Código de 2013 . . . . .	60
23. Conclusões . . . . .	62

**§ 6.º Configuração, regime e natureza**

24. Configuração; a atuação substancial ou processual. . . . .	63
25. A exigência de dolo ou de negligência grave . . . . .	66
26. Oficiosidade, contraditório e recursos . . . . .	67
27. A indemnização e os representantes de pessoas coletivas. . . . .	68
28. Natureza . . . . .	70
29. A necessidade de complementação . . . . .	74

**§ 7.º O dever de verdade no Direito alemão**

30. Das origens à ZPO (reforma de 1933) . . . . .	79
31. O dever legal de verdade . . . . .	81
32. As sanções . . . . .	84
33. Confronto com o sistema português . . . . .	86

**CAPÍTULO III – O ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO****§ 8.º Generalidades e evolução**

34. Generalidades . . . . .	89
35. <i>Aemulatio, exceptio doli</i> e <i>temeritas</i> processual . . . . .	90

*Índice geral*

9

36. A tradição francesa .....	91
37. A tradição alemã .....	94
38. A receção em Portugal .....	96

**§ 9.º A concretização do abuso no Direito português**

39. As fases de implantação jurisprudencial .....	101
40. <i>Venire contra factum proprium</i> .....	105
41. Inalegabilidade .....	110
42. <i>Suppressio</i> .....	112
43. <i>Tu quoque</i> .....	116
44. Desequilíbrio .....	118

**§ 10.º A construção do abuso do direito**

45. Generalidades: as teorias .....	121
46. As teorias internas; versões comuns .....	122
47. As teorias externas .....	125
48. Posição adotada; a disfuncionalidade intrassubjetiva e o papel do sistema .....	127

**§ 11.º Regime**

49. O abuso como concretização da boa-fé .....	131
50. Âmbito, conhecimento oficioso, objetividade e consequências .....	132
51. Balanço e tendências recentes .....	134

**§ 12.º O abuso do direito no processo**

52. A boa-fé no processo civil .....	139
53. Concretizações do abuso do direito de acção .....	141
54. Consequências e regime .....	144
55. Abuso do direito de acção e litigância de má-fé .....	146

**CAPÍTULO IV – A RESPONSABILIDADE PELA AÇÃO  
OU CULPA IN AGENDO****§ 13.º Generalidades e evolução da responsabilidade civil**

56. Generalidades; a <i>culpa in agendo</i> .....	149
57. As XII Tábuas e a <i>Lex Aquilia</i> ; os pressupostos .....	150

10	<i>Litigância de má-fé, abuso do direito de ação e culpa in agendo</i>	
58.	Evolução subsequente; o modelo francês ( <i>faute</i> )	158
59.	O modelo alemão (culpa e ilicitude); confronto com o francês	161
<b>§ 14.º O sistema português de responsabilidade civil</b>		
60.	Pré-codificação e Código de Seabra	169
61.	Guilherme Moreira e a receção do modelo alemão.	174
62.	O Código Vaz Serra.	177
63.	Vantagens e defesa do sistema português	181
<b>§ 15.º A admissibilidade da culpa in agendo</b>		
64.	A orientação contrária	183
65.	O reconhecimento da aplicabilidade da responsabilidade aquiliana.	185
66.	Um problema de responsabilidade	188
<b>§ 16.º A culpa in agendo no Direito português</b>		
67.	A consagração da figura	191
68.	A ação como incumprimento ou como ato ilícito	192
<b>§ 17.º Concretizações da culpa in agendo</b>		
69.	Previsões específicas	195
70.	O agravamento de custas; limitações	197
71.	Previsões genéricas; incumprimento e violação de direitos ou de normas de proteção	198
72.	Concretização	200
73.	<i>Culpa in agendo</i> e litigância de má-fé	202
<b>CAPÍTULO V – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO E CULPA IN AGENDO</b>		
<b>§ 18.º Quadro geral</b>		
74.	Generalidades; pressupostos	205
75.	Particularidades do regime	206
76.	Consequências	206

## CAPÍTULO VI – A RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE DA INSOLVÊNCIA

### § 19.º Interesse do tema e sua evolução

77. O problema . . . . .	209
78. Do Código Ferreira Borges (1833) ao Código de Processo Comercial de 1905. . .	210
79. Do Código de Falências de 1935 ao Código de Processo Civil de 1961 . . . . .	216
80. O Código dos Processos Especiais de Recuperação de Empresa e de Falência (1993) . . . . .	219

### § 20.º O novo Direito da insolvência

81. Aspetos gerais; Direito romano e Direito comparado. . . . .	221
82. A experiência portuguesa . . . . .	225
83. As reformas dos finais do século XX . . . . .	228
84. Insolvência e Direito da insolvência . . . . .	231
85. O Código da Insolvência de 2004: medidas inovatórias . . . . .	234
86. A reforma de 2012: a “revitalização” . . . . .	240

### § 21.º Culpa in agendo no requerimento da insolvência

87. Parâmetros evolutivos a reter . . . . .	241
88. O artigo 22.º do CIRE: origem plausível . . . . .	243
89. Aplicação. . . . .	246
90. Interpretação integrada . . . . .	248
91. A aplicabilidade da tríade: litigância de má-fé, abuso do direito de ação e culpa in agendo . . . . .	249

<b>Índice de jurisprudência . . . . .</b>	<b>251</b>
---	------------

<b>Índice onomástico. . . . .</b>	<b>259</b>
-----------------------------------	------------

<b>Índice bibliográfico . . . . .</b>	<b>267</b>
---------------------------------------	------------

<b>Índice ideográfico. . . . .</b>	<b>285</b>
------------------------------------	------------